

# **Demonstrações Financeiras**

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# Sertão I Solar Energia SPE S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

# **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos

Administradores e Acionistas da

**Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sertão I Solar Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sertão I Solar Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### *Receita de venda de energia fornecida e não faturada*

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços, o que coincide com o momento no qual a energia é efetivamente fornecida.

A Companhia utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior até o dia da medição do mês em curso.

Em 31 de dezembro de 2020, essa estimativa totalizou R\$4.353 mil nas demonstrações financeiras e foi mensurada com base no volume consumido e ainda não faturado. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

### **Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (ii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada do exercício de 2020 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido no contrato de venda de energia da Companhia, incluindo os reajustes de preços conforme contrato de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; (iv) análise do contrato firmado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita e (v) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Felipe Sant' Anna Vergete  
Contador CRC RJ 106.842/O-6

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.769	4.491
Contas a receber	5	4.378	3.495
Adiantamento a fornecedores e funcionários		4	17
Impostos a recuperar	10	361	1.007
Despesas antecipadas		564	114
Garantias e retenções contratuais debêntures	6	9.189	8.831
Total do ativo circulante		18.265	17.955
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	149.375	155.526
Total do ativo não circulante		149.375	155.526
Total do ativo		167.640	173.481
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Debêntures	8	7.054	6.172
Fornecedores	9	503	501
Partes relacionadas	11	938	1.049
Impostos a recolher	10	477	511
Empréstimos com partes relacionadas	11	-	4.974
Total do passivo circulante		8.972	13.207
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	8	102.481	104.051
Partes relacionadas	11	82	152
Total do passivo não circulante		102.563	104.203
Total do passivo		111.534	117.410
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	57.453	56.453
Prejuízos acumulados		(1.348)	(382)
Total do patrimônio líquido		56.105	56.071
Total do passivo e do patrimônio líquido		167.640	173.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional líquida	13	<b>26.504</b>	25.490
Custos dos serviços	14	<b>(9.332)</b>	(9.512)
Lucro bruto		<b>17.172</b>	15.978
Despesas gerais e administrativas	15	<b>(2.142)</b>	(2.060)
Despesas operacionais		<b>(2.142)</b>	(2.060)
Lucro operacional		<b>15.030</b>	13.918
Despesas financeiras	16	<b>(15.330)</b>	(14.882)
Receitas financeiras	16	<b>117</b>	94
Resultado financeiro		<b>(15.213)</b>	(14.788)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<b>(183)</b>	(870)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	<b>(783)</b>	(801)
Prejuízo do exercício		<b>(966)</b>	(1.671)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(966)	(1.671)
Resultado abrangente total	<u>(966)</u>	<u>(1.671)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de expansão</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	56.453	65	1.224	-	57.742
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.671)	(1.671)
Absorção do prejuízo	-	(65)	(1.224)	1.289	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	56.453	-	-	(382)	56.071
Aumento de capital (Nota 12)	<b>1.000</b>	-	-	-	<b>1.000</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	<b>(966)</b>	<b>(966)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>57.453</b>	-	-	<b>(1.348)</b>	<b>56.105</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(183)</b>	(870)
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos tributos com o fluxo de caixa:		
Depreciação	<b>6.878</b>	6.876
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	<b>357</b>	447
Juros e custo de captação sobre debêntures	<b>14.504</b>	13.776
	<b>21.556</b>	20.229
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	<b>(883)</b>	(1.476)
Garantias e retenções contratuais	<b>(358)</b>	242
Outros ativos circulantes	<b>(574)</b>	(867)
Fornecedores	<b>(179)</b>	(1.399)
Impostos a recolher	<b>795</b>	987
Caixa proveniente das operações	<b>20.357</b>	17.716
Juros pagos sobre empréstimos com partes relacionadas	<b>(381)</b>	(447)
Juros pagos debêntures	<b>(8.293)</b>	(8.506)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(829)</b>	(828)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>10.854</b>	7.935
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no imobilizado	<b>(727)</b>	(79)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(727)</b>	(79)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	<b>1.000</b>	-
Amortização de principal - partes relacionadas	<b>(4.950)</b>	-
Amortização de principal - Debêntures	<b>(6.899)</b>	(5.353)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<b>(10.849)</b>	(5.353)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<b>(722)</b>	2.503
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>4.491</b>	1.988
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>3.769</b>	4.491
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<b>(722)</b>	2.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A Sertão I Solar Energia SPE S.A., doravante denominada “Companhia” ou “Sertão”, constituída no dia 5 de janeiro de 2016, e sediada inicialmente na Cidade do Rio de Janeiro, com filial instalada na cidade de João da Costa - PI, tem por atividade preponderante a geração de energia elétrica, o que inclui a prática dos seguintes atos:

- (a) Geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica denominado Sertão I, localizado no município de João Costa, Estado do Piauí, Brasil; e
- (b) Prestação de serviços de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do projeto descrito no item acima.

A Sertão I Solar Energia SPE S.A. recebeu autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica ("Planta"), por meio da Portaria nº 74 de 8 de março de 2016, tendo vigência pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de sua publicação.

A Companhia foi uma das vencedoras do leilão no 08/2015-ANEEL (1º LER/2015), destinado à contratação de energia elétrica de reserva. A autorização para o início da geração de energia elétrica ocorreu em 1º de agosto de 2017, conforme Portaria MME nº 69/2015.

A energia elétrica negociada neste leilão é objeto de Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

A Central Geradora Fotovoltaica conta com 30.000 kW de capacidade e instalada e 7.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW.

#### **1.1. Impactos do COVID-19**

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

A Companhia avaliou se a atual situação de restrições à atividade econômica causada pela pandemia da Covid-19 poderia ter um impacto direto sobre as operações e resultados financeiros de suas usinas fotovoltaicas.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1.1. Impactos do COVID-19--Continuação**

A Companhia tem como único negócio a geração e venda de energia elétrica. As vendas de energia elétrica são cobertas por um Contrato de Energia de Reserva (CER) assinado pela Companhia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Sob este contrato a Companhia têm a obrigação de vender uma determinada quantidade de energia por um período de 20 anos a partir de 1º de agosto de 2017, em troca a Companhia recebe um preço fixo estabelecido conforme contrato, o qual é atualizado anualmente de acordo com a inflação.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todavia, o fluxo de receita da Companhia em nenhum caso está contando com condições gerais de mercado, nem para a demanda nem para o preço, desta forma as receitas da Companhia irão confiar apenas no desempenho técnico geral das plantas, a qual vêm atuando de acordo com as expectativas anteriores a pandemia.

Não temos nenhum motivo para acreditar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica não honrará suas obrigações decorrentes do contrato de Energia de Reserva.

No que se refere às atividades de O&M, que são totalmente subcontratadas com terceiros, temos acompanhado de perto que os fornecedores implementaram medidas adicionais a seus planos de saúde e segurança, de forma a garantir a continuidade de suas obrigações. Além disso, a relevância relativamente baixa das despesas de O&M sobre as receitas nos permite conciliar qualquer desvio potencial sem impactos significativos sobre o EBITDA da Companhia.

Como conclusão, e enquanto continuarmos observando ativamente a evolução da situação relacionada à Covid-19, não vemos qualquer razão para acreditar que ela possa ter um impacto material adverso sobre as operações ou resultados financeiros da Companhia.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras em 29 de março de 2021.

#### Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis financeiras, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Neste trimestre a Companhia avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na nota 1.1.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### **2.2. Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação**

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### **2.3. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, não possuindo outros segmentos de atuação.

#### **2.4. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.5. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera em caixa e equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação

#### **2.6. Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

#### 2.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Concessionária inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### i) Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

#### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

*Mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--  
Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

*Mensuração subsequente--Continuação*

*Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A Companhia mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

*Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

A Companhia mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) Passivos financeiros--Continuação

###### *Outros passivos financeiros*

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

##### iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e transformação. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida econômica útil dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil e métodos de depreciação são revisados todos os anos e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

<u>Bens</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5
Central Solar	25

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.9. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

#### **2.10. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo ou financiamento.

A Companhia capitalizou os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis a construção. A Companhia contabiliza em despesa os custos de empréstimo relativos a projetos de construção referentes ao período posterior ao início das operações.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.11. Tributos

#### Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o lucro presumido como regime de tributação para apuração do imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base no percentual de presunção de 8% sobre o total do faturamento, posteriormente aplicado as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

### 2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação**

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2020.

#### **2.13. Partes relacionadas**

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras com seus acionistas e com as empresas a eles ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja relações contratuais formalizadas.

#### **2.14. Reconhecimento de receita**

A receita operacional será reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação**

#### **2.14. Reconhecimento de receita--Continuação**

a) Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b) Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros sobre o montante do principal em aberto.

#### **2.15. Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### **2.16. Sazonalidade das operações**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

#### **2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

A norma analisada pela Companhia foram:

- CPC 11 - Contratos de seguro
- IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020**

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

##### Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

##### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

##### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação**

##### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **3.1. Julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras pela Companhia requer que a administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

##### Provisões e contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	227	2
Aplicações financeiras	3.542	4.489
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.769</b>	<b>4.491</b>

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

#### Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósito bancário de curto prazo com o Banco Santander, que refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do balanço, é igual ou inferior a 90 dias. Possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

As aplicações financeiras referem-se a aplicações automáticas remunerados à taxa média de 20% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (20% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

### 5. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Clientes nacionais	25	1.406
Contas a receber não faturado (*)	<b>4.353</b>	2.089
	<b>4.378</b>	3.495

(\*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada.

A companhia não possui histórico de inadimplência, desta forma, não foi identificada necessidade de constituição de PCLD

### 6. Garantias e retenções contratuais debêntures

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Garantia - Juros debêntures	<b>7.876</b>	7.569
Retenção - Juros debêntures	<b>1.313</b>	1.262
	<b>9.189</b>	8.831

O saldo de R\$9.189 em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.831 em 31 de dezembro de 2019), está composto por movimentações bancárias de três contas de escrow que contém parte das garantias constituídas na emissão das debêntures. Parte dos recursos recebidos são transferidos para estas contas para suportar o próximo compromisso de amortização das debêntures conforme estipulado no contrato das debêntures.

A conta denominada "retenção" foi constituída para acúmulo gradual mensal de 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos juros da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Garantias e retenções contratuais debêntures--Continuação

A conta “garantia” também deverá conter um saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos.

### 7. Imobilizado

Movimentações dos custos e depreciações do exercício de 2020 e 2019

	<u>Central solar</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Construções em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2018	162.181	28	114	-	162.323
Adições	-	-	-	79	79
Depreciação	(6.846)	(3)	(27)	-	(6.876)
Saldo em 31/12/2019	155.335	25	87	79	155.526
Adições	164	-	-	563	727
Transferências (*)	642	-	-	(642)	-
Depreciação	(6.848)	(3)	(27)	-	(6.878)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>149.293</b>	<b>22</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>149.375</b>
Custo total	171.937	29	136	-	172.102
Depreciação total	(22.644)	(7)	(76)	-	(22.727)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>149.293</b>	<b>22</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>149.375</b>
Vida útil em anos	25	10	5	-	

(\*) Valor referente a conclusão de projetos de potencialização da planta solar no decorrer do exercício.

### 8. Debêntures

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Debêntures a curto prazo - principal	7.725	6.889
Juros a pagar sobre debêntures	352	324
Custos a amortizar - Títulos de dívida	(1.023)	(1.041)
Valor líquido	<u>7.054</u>	<u>6.172</u>
Debêntures a longo prazo - principal	109.751	112.344
Custos a amortizar - Títulos de dívida	(7.270)	(8.293)
Valor líquido	<u>102.481</u>	<u>104.051</u>

(\*) Os custos indicados são compostos basicamente de despesas de registro de contratos de emissão, serviços de advogados, estudos de viabilidade, taxas e comissões de emissão.

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **8. Debêntures--Continuação**

Em 6 de agosto de 2018 o conselho de Administração da Companhia aprovou a estruturação da 1ª emissão de debênture da Companhia, objetivando captar recursos para financiamento. Os recursos a serem captados por meio de emissão das debêntures serão integralmente utilizados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto.

A Companhia emitiu, em 15 de setembro de 2018 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo um total de R\$130.000 o processo de emissão destas debêntures foi concluído em 23 de outubro de 2018 quando houve a liquidação financeira desta emissão e os recursos captados foram disponibilizados à Companhia.

A emissão foi realizada por meio de uma oferta com esforços restritos.

As debêntures serão amortizadas em 29 (vinte e nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2019 e a última na data de vencimento das debêntures, em 15 de dezembro de 2032. O valor das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sobre o saldo atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa de 7,0916% (sete inteiros, novecentos e dezesseis décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

O contrato especifica as seguintes garantias, que deverão ser mantidas até o pagamento integral das debêntures:

- Cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato com a CCEE, outros que venham a ser reconhecidos mediante contratos no ambiente de livre contratação ou ambiente regulado ou contratos de mutuo; outros direitos relativos a operações no mercado a curto prazo ou operações de teste; os relativos às contas centralizadoras e reserva e finalmente os direitos emergentes das autorizações da ANEEL e MME;
- Alienação fiduciária da totalidade das ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Companhia, bem como quaisquer outras representativas do capital social da Companhia, que venham a ser subscritas, integralizadas ou de outra forma adquiridas pelos acionistas e todos os direitos econômicos relativos as ações da Companhia alienadas; e
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Debêntures--Continuação

Esse contrato possui determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base nos índices financeiros abaixo:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,2;

A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2020.

#### Mapa de movimentação das debêntures

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	110.306
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	13.035
Pagamento principal	(5.353)
Juros pagos	(8.506)
Apropriação do custo amortizado	741
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>110.223</u>
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	13.463
Pagamento principal	<b>(6.899)</b>
Juros pagos	<b>(8.293)</b>
Apropriação do custo amortizado	<b>1.041</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>109.535</b></u>

O vencimento das debêntures a longo prazo é o seguinte:

<u>2020</u>		<u>2019</u>	
2021	-	2021	10.213
2022	<b>9.977</b>	2022	10.213
2023	<b>9.978</b>	2023	10.213
2024	<b>9.978</b>	2024	10.213
Após 2025	<b>79.818</b>	Após 2025	71.492
	<u><b>109.751</b></u>		<u>112.344</u>

### 9. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	<b>183</b>	490
Provisões	<b>320</b>	11
	<u><b>503</b></u>	<u>501</u>

O valor de contas a pagar a fornecedores não possui incidência de juros. O saldo de 2020 e 2019, relativo às provisões, se compõe de provisões para despesas com manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Impostos a recuperar e a recolher

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social (a)	347	994
Outros impostos a recuperar	14	13
Impostos a recuperar	<u>361</u>	<u>1.007</u>
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
PIS/COFINS	238	221
ISS	2	2
IRPJ/CSLL	196	247
Retenções ISS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL	28	18
INSS retido	13	23
	<u>477</u>	<u>511</u>

(a) O saldo está basicamente composto pela retenção aplicada no faturamento da penalização ao EPCista em função da entrega tardia da central solar. Minoritariamente se refere a IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira.

### 11. Partes relacionadas

Demonstramos abaixo os saldos com partes relacionadas em 2020:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos	Despesas
<b>Acionistas:</b>					
Global Power Generation, S.A. (1)	-	82	-	-	(381)
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda. (2)	856	-	32	(1.068)	-
<b>Vinculadas:</b>					
PV Hardware Solutions S.L.	1	-	-	-	-
Gás Natural do Brasil S.A. (3)	11	-	-	-	(178)
Naturgy Energy Group					(46)
GPG Ingeniería y Desarrollo de Generación, S.L.	70	-	-	-	(227)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>938</u>	<u>82</u>	<u>32</u>	<u>(1.068)</u>	<u>(832)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>6.023</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>(1.364)</u>	<u>(217)</u>

- (1) O saldo se refere à uma conta corrente entre empresas derivada de valores remanescentes 4ª ampliação de capital.
- (2) Os valores a pagar são relativos às retenções contratuais aplicadas nas faturas do EPC (empresa de engenharia responsável pela construção da planta fotovoltaica), os mesmos não possuem prazo de vencimento e atualização monetária. As receitas, possuem característica não operacional e derivam da aplicação de uma penalização contratual estabelecida no PPA ("Power Purchase Agreement"), devido a entrada tardia em operação da planta. Os custos se referem à manutenção da planta solar.
- (3) Valores relativos ao custo do supervisor da planta solar assumido diretamente pela Gás Natural do Brasil conforme contrato firmado as partes firmaram compromisso para que a companhia tenha apoio da GNB em relação a atividades administrativas e corporativas inerentes e necessárias ao cumprimento das obrigações operacionais.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Partes relacionadas--Continuação

Demonstramos abaixo os saldos com partes relacionadas em 2019:

	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Receitas</b>	<b>Custos</b>	<b>Despesas</b>
<b>Acionistas:</b>					
Global Power Generation, S.A.(1)	<b>4.974</b>	<b>152</b>	-	-	-
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda. (2)	<b>1.042</b>	-	-	<b>(1.153)</b>	-
<b>Vinculadas:</b>					
PV Hardware Solutions S.L.	<b>1</b>	-	-	<b>(6)</b>	-
Gás Natural do Brasil S.A.(3)	<b>6</b>	-	-	<b>(184)</b>	-
Naturgy Energy Group	-	-	-	<b>(1)</b>	<b>(201)</b>
Gás Natural informática.	-	-	-	<b>(20)</b>	<b>(16)</b>
Em 31 de dezembro de 2019	<b>6.023</b>	<b>152</b>	-	<b>(1.364)</b>	<b>(217)</b>

Empréstimos com partes relacionadas

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimo - Global Power Generation	-	4.950
Juros sobre empréstimo	-	24
	-	4.974

#### Mapa de movimentação dos empréstimos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	4.974
Juros provisionados	447
Juros e encargos pagos	(447)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	4.974
Juros provisionados	<b>357</b>
Pagamento principal	<b>(4.950)</b>
Juros e encargos pagos	<b>(381)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-

Em novembro de 2019, foi celebrado um novo contrato de mútuo com a Global Power Generation nos mesmos moldes do anterior, no valor de R\$4.950 com juros a.a. de 8,90%. O vencimento foi fixado para dezembro de 2020, sendo o mesmo totalmente amortizado nesta data.

Esse contrato não conta com cláusulas de *covenant* financeiros.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Partes relacionadas--Continuação

#### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados entre as partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

### 12. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$57.453 (R\$56.453 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 57.453 mil (56.453 mil em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real). A Composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é resumida a seguir:

	2020		2019	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda	8.618	15%	8.468	15%
Global Power Generation S.A.	48.835	85%	47.985	85%
	<u>57.453</u>	<u>100%</u>	<u>56.453</u>	<u>100%</u>

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2020, foi aprovada o aumento de capital social da Sertão I Solar Energia SPE S.A., no valor de R\$56.453 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil reais) para R\$57.453 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e dezoito reais), um aumento efetivo, portanto, de R\$1.000 (um milhão de reais) mediante a emissão de 1.000 (um milhão) novas ações ordinárias, a serem distribuídas pelo preço de R\$1,00 (um real) por ação.

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Patrimônio líquido--Continuação

#### Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) *Reserva de expansão*

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos do Grupo, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

### 13. Receita operacional líquida

A composição das receitas é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia	<b>27.508</b>	26.456
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	<b>(1.004)</b>	(966)
	<b>26.504</b>	25.490

### 14. Custo dos serviços

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguéis de terrenos	<b>(125)</b>	(91)
Depreciação	<b>(6.878)</b>	(6.876)
Operação e manutenção	<b>(1.209)</b>	(1.255)
Acesso ao sistema de distribuição	<b>(892)</b>	(1.060)
Serviços de engenharia	<b>(130)</b>	(184)
Provisão ressarcimento CCEE	<b>(7)</b>	-
Outros	<b>(91)</b>	(46)
	<b>(9.332)</b>	(9.512)

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de terceiros	(1.476)	(1.255)
Seguros	(561)	(645)
Impostos e taxas	(100)	(104)
Viagens	-	(8)
Serviços de informática	-	(47)
Outras	(5)	(1)
	<u>(2.142)</u>	<u>(2.060)</u>

### 16. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros sobre empréstimos	(357)	(447)
Juros sobre debêntures	(8.321)	(8.503)
Custo amortizado debentures	(1.041)	(741)
Atualização IPCA debentures	(5.142)	(4.532)
Outras despesas	(469)	(659)
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(15.330)</u>	<u>(14.882)</u>
Receita de aplicações financeiras	29	43
Outras	88	51
<b>Receitas financeiras</b>	<u>117</u>	<u>94</u>

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Imposto de renda e contribuição social

No quadro a seguir detalhamos a despesa de IRPJ e CSLL calculada pelo regime de lucro presumido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia	25.244	26.384
<b>Percentual de presunção 8%</b>	<b>2.019</b>	<b>2.110</b>
Receitas financeiras	63	43
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.082</b>	<b>2.153</b>
Imposto de renda - 15%	316	322
Adicional - 10%	186	193
<b>Total Imposto de renda</b>	<b>502</b>	<b>515</b>
Receita de venda de energia	25.244	26.384
<b>Percentual de presunção 12%</b>	<b>3.028</b>	<b>3.166</b>
Receitas financeiras	63	43
<b>Base de cálculo</b>	<b>3.091</b>	<b>3.209</b>
Contribuição Social - 9%	281	286
<b>TOTAL Contribuição Social - 9%</b>	<b>281</b>	<b>286</b>

## Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Seguros

A política da Companhia inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração. As premissas de riscos adotadas, dadas à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<b>Cobertura</b>	<b>Limite</b>	<b>Prêmio</b>
Risco de operações Prazo 29/10/2020 a 29/10/2021	<b>273.129</b>	<b>424</b>

<b>Cobertura</b>	<b>Limite</b>	<b>Prêmio</b>
Seguro de veículo Prazo 30/10/2020 a 30/10/2021	<b>1.120</b>	<b>2</b>

<b>Cobertura</b>	<b>Limite</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade por danos ambientais em instalações comerciais ou industriais Prazo 30/10/2020 a 30/10/2021	<b>33.349</b>	<b>30</b>

<b>Cobertura</b>	<b>Limite</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade civil geral Prazo 29/10/2020 a 29/10/2021	<b>142.000</b>	<b>204</b>

## **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **19. Contingências**

Em fevereiro de 2019, a Companhia teve ciência de uma Execução Fiscal, ajuizada pelo Município de João da Costa - PI, com o objetivo de exigir suposto crédito tributário no valor de R\$1.159 (valor histórico em 17/12/2018, relativo à Taxa para o fornecimento de “Alvará de Licença para Construção”, decorrente de recolhimento supostamente a menor, fruto de pretenso equívoco das Autoridades Fazendárias no ato de emissão da guia de recolhimento).

O grupo no qual a Companhia faz parte entende que, embora a Companhia seja ré do processo em questão, conforme contrato de construção firmado entre as partes, a responsável legal por qualquer desembolso, presente ou futuro desta ação judicial é a PVH Brasil Projetos Renováveis, responsável pela construção da planta solar.

Após a devida citação, em 11/03/2019, o Grupo Gransolar (Companhia responsável pela PVH Brasil) realizou depósito judicial integral do crédito tributário discutido, de modo a possibilitar a oposição dos presentes Embargos à Execução Fiscal. Os embargos foram julgados procedentes, sob o fundamento de que o Município incorreu em erro de direito pela má interpretação do Código Tributário do Município de João Costa/PI, uma vez que era de seu conhecimento a construção da usina solar. O Município interpôs Recurso de Apelação, objetivando a reforma da sentença, os quais foram devidamente respondidos pela Companhia. Processado o feito, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça. Aguarda-se inclusão do Recurso de Apelação na pauta de julgamento. O valor da contingência, classificada como “possível” pelos advogados, ascende à R\$ 1.655 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.445 em 31 de dezembro de 2019).

---

André Ricardo Dannemann  
Contabilista responsável  
Contabilista - CRC-1SP 274400/O-5